



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

Karoline Rodrigues Cavalcante

A BIBLIOTECA COMO LOCAL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA SOCIAL:
ESTUDO DO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO INDÍGENA

Brasília

2023

Karoline Rodrigues Cavalcante

A BIBLIOTECA COMO LOCAL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA SOCIAL:
ESTUDO DO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO INDÍGENA

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Dra. Greyciane Souza Lins

Brasília

2023

C376b

Cavalcante, Karoline Rodrigues.

A biblioteca como local de salvaguarda da memória social: estudo do patrimônio bibliográfico indígena / Karoline Rodrigues Cavalcante. - Brasília, 2023

51 f.

Orientação: Profa. Dra. Greyciane Souza Lins

Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Curso de Graduação em Biblioteconomia, 2023.

1. Biblioteconomia social. 2. Memória social. 3. Patrimônio bibliográfico. 4.

Indígena

I. Título

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: A biblioteca como local de salvaguarda da memória social: estudo do patrimônio bibliográfico indígena

Autor(a): Karoline Rodrigues Cavalcante

Monografia apresentada em **01 de Dezembro de 2023** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Greyciane Souza Lins

Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Clovis Carvalho Britto

Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Ailton Luiz Goncalves Feitosa



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 14/12/2023, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ailton Luiz Gonçalves Feitosa, Usuário Externo**, em 15/12/2023, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Greyciane Souza Lins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 18/12/2023, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10695756** e o código CRC **FCE47CCF**.

Referência: Processo nº 23106.143366/2023-94

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que possibilitaram minha formação com todo o esforço que fizeram durante esses anos, me motivando e estando sempre ao meu lado quando preciso.

Sou grata aos meus amigos, Fábio, Fernando, Lia, que sempre estiveram ao meu lado durante a graduação compartilhando as melhores risadas e momentos.

Agradeço à Mariana, Juliana e Manu por me ajudar nesse processo, auxiliando e aconselhando.

Por fim, agradeço à professora Greyci, por me inspirar desde a primeira aula e me acompanhar durante esta pesquisa, sempre me motivando e reforçando a importância do estudo.

“Poucas coisas marcam tanto um leitor como o primeiro livro que realmente abre caminho ao seu coração. As primeiras imagens, o eco dessas palavras que pensamos ter deixado pra trás, nos acompanham por toda a vida e esculpem um palácio em nossa memória ao qual mais cedo ou mais tarde - não importa os livros que leiamos, os mundos que descobramos, o quanto aprendamos ou esqueçamos - iremos retornar.”

(Carlos Ruiz Zafón)

RESUMO

O objetivo da pesquisa é investigar como a biblioteca desempenha seu papel social, enquanto instituição de guarda da memória social. Para isso, são apresentados os aspectos da memória indígena e sua representação por meio do patrimônio bibliográfico em uma biblioteca especializada na temática. A fim de traçar os aspectos da memória indígena e suas representações, foram realizadas entrevistas com pessoas introduzidas no contexto indígena, sendo quatro indígenas e dois indigenistas, que responderam questões sobre: oralidade e memória no contexto indígena, a apropriação da escrita pelos indígenas, as fontes orais dos conhecimentos que foram obtidos e a literatura indígena. A coleta de dados sobre o acervo, efetuada na Biblioteca Curt Nimuendajú da Funai, foi executada através de uma entrevista para obter dados sobre a formação das coleções e as perspectivas dos bibliotecários quanto à representação da comunidade na qual essa instituição atende. O tratamento dos dados coletados foi realizado com base na Análise de discurso de Bardin, categorizados em temas centrais: a instituição, os usuários e o acervo. Conclui-se que o estudo acerca do patrimônio bibliográfico, reconhecido como memória composta pela sociedade com o propósito de sua preservação, é importante para que o bibliotecário instigue sua valorização, propagando o reconhecimento para os usuários, agindo em prol da democratização da informação e promovendo a igualdade cultural no ambiente informacional.

Palavras-chave: Memória social; Biblioteconomia social; Patrimônio bibliográfico; Literatura indígena.

ABSTRACT

The research aims to investigate how the library plays its social role as a guardian of social memory. To achieve this, aspects of indigenous memory and its representation through bibliographic heritage in a library specialized in this theme are presented. In order to delineate the aspects of indigenous memory and its representations, interviews were conducted with individuals familiar with the indigenous context, including four indigenous individuals and two indigenous specialists. They responded to questions regarding orality and memory in the indigenous context, the appropriation of writing by indigenous people, the oral sources of the knowledge acquired, and indigenous literature. Data gathering on the collection at the Curt Nimuendajú Funai's Library was carried out through an interview to obtain information on the formation of collections and the perspectives of librarians regarding the representation of the community served by this institution. The treatment of collected data was performed based on Bardin's discourse analysis, categorized into central themes: the institution, users, and the collection. It is concluded that the study of bibliographic heritage, recognized as a memory composed by society for the purpose of preservation, is important for librarians to encourage its appreciation, spreading awareness among users, working towards the democratization of information, and promoting cultural equality in the informational environment.

Keywords: Social memory; Social librarianship; Bibliographic heritage; Indigenous literature.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Biblioteca Curt Nimuendajú.....	37
Figura 2 – Evento de doação.....	38
Figura 3 – Estantes.....	19

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS	12
1.2 JUSTIFICATIVA	12
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 BIBLIOTECONOMIA SOCIAL	16
2.2 MEMÓRIA SOCIAL	21
2.3. PATRIMÔNIO	25
2.3.1 PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO	26
2.3.2 A BIBLIOTECA E O PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO	29
3 A MEMÓRIA INDÍGENA ENQUANTO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO	33
4 BIBLIOTECA CURT NIMUENDAJÛ	36
4.1 Análise dos resultados	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia é uma ciência social¹, desse modo, o desenvolvimento desse aspecto social na Biblioteconomia é imprescindível para a sua tomada como ciência social, “[...] a “virada social”, que se delinea, revela a potencialidade de uma mudança e um compromisso da Biblioteconomia em um outro espaço que não mais exclusivo da manutenção de uma ordem, em manter as coisas como estão” (Tanus, 2023, p. 5). O seu papel contribui para a realização de práticas em prol da salvaguarda da memória social, a fim de tornar a memória reconhecida como um bem, um patrimônio bibliográfico, que deve ser compreendido tanto pelos profissionais da informação quanto pelos usuários.

A partir dessa perspectiva, podemos concluir que a biblioteca é uma instituição social, que representa a memória da comunidade e tem como função a guarda do patrimônio bibliográfico que é produzido pela mesma. A manifestação dessas memórias, em desenhos ou signos é o que possibilita sua socialização, ela fornece informações que são importantes para a continuidade de costumes e permite que o grupo permaneça em sua consonância.

“Diante disso, as instituições como museus, bibliotecas e arquivos reúnem, em seus acervos, importantes documentos no que diz respeito à memória social; tornando-se, assim, um lugar de memória. Essas instituições são locais nos quais os pesquisadores exercem suas práticas. Considerados lugares de memória, bem como a memória das instituições, resultam em apropriações dos conceitos de memória social e memória coletiva, bem como emprego de múltiplas extensões, tais como: instituições de memória, centros de memória, arquivos de memória e entidades de memória” (Arabidian, 2018, p. 171 - 172).

Dessa maneira, a atenção do bibliotecário como contribuidor para a construção da identidade, do acesso à informação por aqueles que a requerem, faz parte da sua atuação como profissional da informação. “A Biblioteconomia tem sua responsabilidade social por isso os bibliotecários precisam se interessar mais pelo povo, pelos carentes de informação, não de forma assistencialista, mas sim como um dever, uma obrigação social da profissão” (Lindemann, 2016, p. 709).

O bibliotecário deve voltar sua atenção para seu papel na sociedade, como agente proporcionador de emancipação, além de promover a representação de identidade das comunidades, cada uma dentro de sua unicidade. “O bibliotecário deve avatarizar-se do papel ativo – melhor, pró-ativo – perante a sociedade que dele mais necessita, antecipando

¹ Área científica que estuda a organização das sociedades e culturas.

necessidades e suprindo aquelas óbvias que há tantos séculos nos rodeiam” (Duarte, 2018, p. 79).

Há fatores sociais na atuação do profissional da informação que requerem uma educação patrimonial, o contato com o usuário não é somente um papel de uma biblioteca pública, tão pouco se limite aos aspectos das coleções especiais. Estar voltado à prática social é primordial para o desempenho da profissão em prol da disseminação de uma informação que represente a comunidade.

A ausência de ações em prol da preservação da memória indígena² destaca esse ponto, em que o esforço para essa manutenção sempre esteve nas mãos dos povos indígenas, que utilizaram da escrita para terem reconhecimento e respeito quanto à suas memórias e de seus antepassados. “É preciso interpretar. É preciso conhecer. É preciso se tornar conhecido. É preciso escrever – mesmo com tintas do sangue – a história que foi tantas vezes negada” (Munduruku, 2018, p. 82).

Segundo Rodrigues (1993) estima-se que havia mais de 1000 línguas indígenas faladas no Brasil no início da colonização, atualmente, são 274 línguas faladas em território nacional, sendo 305 etnias diferentes³, o que demonstra a quantidade de línguas que foram perdidas e a necessidade de preservação para evitar o apagamento cultural. Assim, a literatura indígena⁴ entra como uma ferramenta para enfrentar esse cenário, preservando a memória e lutando para que a história passe a ter a perspectiva dos povos, de forma justa e que esteja em consonância com a própria comunidade.

“Pensar a literatura indígena é pensar no movimento da memória para apreender as possibilidades de mover-se num tempo que a nega e que nega os povos que a afirmam. A escrita indígena é a afirmação da oralidade” (Munduruku, 2018, p. 83).

Por isso, esse trabalho pretende investigar como a biblioteca pode contribuir para a memória social, traçando os aspectos da memória indígena e sua representação na Biblioteca Curt Nimuendajú, localizada em Brasília desde sua criação em 1987, é especializada na temática indígena, com materiais etnológicos, literários, científicos e artísticos.

² Memória ancestral, caracterizada pela sua manutenção por meio da oralidade, passagem feita nas práticas diárias, envolvendo histórias, para sua preservação.

³Dados do IBGE - Censo de 2010.

⁴ Literatura de cunho oral ou escrito, com autorias individuais e coletivas, seguindo padrões culturais indígenas, busca a disseminação da cultura a partir de uma perspectiva propriamente indígena.

1.1 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender o papel da biblioteca enquanto difusora da memória social através do patrimônio bibliográfico indígena.

Objetivos específicos

- Descrever acervos e suas representações através de estudo de caso de uma instituição;
- Conhecer aspectos práticos da biblioteconomia social;
- Compreender o sentido da memória social e do patrimônio bibliográfico.

1.2 JUSTIFICATIVA

A Biblioteconomia é social desde sua origem, porém, precisa dar mais atenção ao âmbito social e operar como disciplina das ciências sociais, entrando em consonância com a sociedade em busca de um enfoque nos usuários, dessa forma, é de suma importância que sejam produzidos estudos sobre os aspectos de representação da memória social, a fim de afirmar esse lado e provocar uma reflexão acerca do patrimônio bibliográfico dentro da Biblioteconomia e sua importância na representação e identificação de uma comunidade.

É importante ter em mente que a preservação da memória não se restringe a uma comunidade em específico, mas de forma abrangente. A constituição da identidade da sociedade não se dá por um grupo específico que domina os conceitos políticos, sociais e culturais, pois somente com a preservação da memória se pode possibilitar equidade.

Segundo Tanno (2018) é possível observar que existe uma predominância da memória de grupos que estão no poder, o que causa esquecimento em relação às outras. A história demonstra essa dinâmica em acontecimentos de destruição de instituições e descaso com outras por conta da pouca valorização da memória de determinadas comunidades. Isso ocasiona a perda da memória de culturas marginalizadas, impedindo o contato das gerações futuras com as memórias dos seus ancestrais.

Durante a história existem vários exemplos de memórias que foram destruídas, com a finalidade de tirar a identidade desses povos, tornando impossível a comunidade requerer seu passado e sua memória através desses registros. “E como se sabe a memória só o é quando revive em alguém, quando é lembrada ou interpretada, mas sem ser possível acessá-la esse processo pode ser perdido” (Marques, 2022, p. 204).

Dessa forma, é necessário observar que dentro da sociedade existem memórias que estão em menor grau de preocupação quanto a sua preservação, como a memória indígena, que foi mantida durante anos por meio da oralidade, a fim de evitar o apagamento cultural. Isso demonstra que a dinâmica de preservação e valorização da memória ainda não está em seu estado de democratização. Assim, Palm Peña (2011) expõe que o acesso à informação é primordial pois promove respeito às diferentes culturas, abrindo espaço para uma compreensão dos direitos humanos e à diversidade de memórias que representam cada cidadão.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem cunho qualitativo, com base em investigação exploratória e descritiva, utilizando técnica de revisão bibliográfica, em conjunto com entrevistas para a coleta de dados. Tem como objetivo explicar a representação de um acervo como reprodução da memória social, explorando os assuntos que permeiam a formação do acervo em conjunto com o público-alvo da instituição, analisando como o usuário tem consumido essa informação e sua integração com o ambiente.

Para demonstrar isso, foi realizada uma entrevista, semi-estruturada, em uma biblioteca institucional especializada, a fim de obter dados sobre a formação das coleções e as perspectivas dos bibliotecários quanto à representação da comunidade na qual essa instituição atende. As perguntas foram centralizadas em torno dos usuários, o acervo e a biblioteca, conforme o roteiro a seguir: “A quem este acervo é destinado?”; “Qual público esta instituição atende?”; “Quais as características dos usuários?”; “Quais são os assuntos base para a formação do acervo?”; “Quais são os tipos de materiais do acervo?”; “Quais foram os critérios para a criação da coleção/acervo?”; “Há uma política de desenvolvimento de acervo?”; “Os recursos financeiros são suficientes para a manutenção e o desenvolvimento do acervo?”; “Como é a dinâmica de doação para o acervo? Quais os critérios?”; “Você acha que a coleção representa a comunidade? (Quem está produzindo esse material)?”; “Existem ações integradoras para conscientizar o usuário a fazer uso desse patrimônio?”; “Há algum projeto para o futuro, planos de inclusão?”.

O tratamento dos dados coletados foi realizado com base na Análise de discurso de Bardin, em que consiste na codificação dos dados coletados, para em seguida serem categorizados em temas centrais, sendo esses: a instituição, os usuários e o acervo. Logo após isso, a realização da inferência, com o desenvolvimento do discurso em consonância com as percepções científicas apresentadas nesse trabalho.

Foi integrado à pesquisa um estudo feito por mim,⁵ nos anos de 2022 a 2023, abordando os aspectos de passagem oral da literatura indígena, a fim de compreender que características permeiam a passagem da memória pelos povos indígenas. A coleta dos dados foi feita a partir do método Delphi que “[...] consiste em coletar a opinião de experts ou especialistas no tema do estudo para se estimar a probabilidade de ocorrência de eventos no futuro” (Dias, 2017, p. 8), por ser “[...] especialmente indicado para abordagens

⁵ Proic 2022/2023. Título: “Identificação das fontes de informações para a produção literária indígena”

exploratórias, em ambientes de grande variabilidade social, econômica, política e tecnológica, como é o caso do Brasil” (Dias, 2017, p. 11). Como esse método prevê a adesão do anonimato dos entrevistados, procuramos pessoas introduzidas no contexto e especializadas, aplicando o método de entrevista semi-estruturada. Foram realizadas, no total, cinco entrevistas conforme o roteiro a seguir: “Como essas histórias foram contadas?”; “Por quem foram contadas?”; “Normalmente as histórias são contadas envolvidas em atividades?”; “Como e quando foi o contato com a literatura indígena? O contato foi dentro ou fora da aldeia?”; “Como eles apresentam essas experiências?”; “Há resistência por parte de algumas pessoas em relação ao que é compartilhado ?”; “Como se torna esse processo de retextualização dentro da aldeia (passagem do oral para o escrito)?”; “Como ocorre a questão da autoria, é individual ou coletiva?”; “Como se iniciou o primeiro contato com a causa indígena?”; “Por quem foram relatadas as informações quando obteve contato com os povos indígenas?”; “Como foram relatadas?”; “Essas informações foram passadas de forma oral ou escrita?”. Sendo, com três escritores indígenas, um bibliotecário indígena, uma antropóloga atuante no contexto indígenas e, uma professora de Letras, que colaborou com professores indígenas na produção de material didático para escolas indígenas. Após a aplicação das entrevistas, seguindo o método Delphi, foram revisados os discursos para identificar as perguntas que não foram respondidas. Posteriormente, essas questões foram refeitas aos entrevistados.

A análise de dados baseou-se na análise de discurso de Bardin, em seguida se deu início ao tratamento do conteúdo das entrevistas, por meio da codificação, baseada na categorização de frases coletadas na entrevistas, centralizados temáticas centrais do tema, chegando aos seguintes conceitos: Oralidade/memória: método de compartilhamento e manutenção de conhecimento; Escrita: passagem da oralidade para uma representação por meio de signos em um suporte; Fonte: origem do contato com a literatura indígena de forma oral ou registrada; Literatura indígena: literatura de autoria indígena.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BIBLIOTECONOMIA SOCIAL

A Biblioteconomia, segundo Fonseca (2007) é o conjunto de regras de acordo com as quais os livros são organizados em espaços apropriados: estantes, salas, edifícios. Portanto, se trata do exercício de organização do material intelectual produzido pela humanidade, é o “Conhecimento e prática da organização de documentos em bibliotecas, tendo por finalidade sua utilização” (Cunha, 2008, p. 55).

“Responde aos problemas suscitados: pelos acervos (formação, desenvolvimento, classificação, catalogação, conservação); pela própria biblioteca como serviço organizado (regulamento, pessoal, contabilidade, local, mobiliário), e pelos leitores, os usuários (deveres recíprocos do pessoal e do público, acesso aos livros, empréstimo)” (Le Coadic, 1996, p. 14-15).

Segundo Tanus (2019), a Biblioteconomia tem uma longa trajetória histórica vinculada intimamente com a história das bibliotecas até a sua própria consolidação como campo científico. O objetivo inicial das bibliotecas era preservar a memória em forma de registros físicos, prática de guarda e manutenção desse conhecimento, porém, sem sua disponibilização, focado apenas no acúmulo.

“Com a invenção da escrita e do estabelecimento das primeiras cidades, no início dos processos de sedentarização das coletividades, há mais de cinco milênios, surgem as primeiras manifestações de espaços voltados para a guarda e a preservação de acervos documentais” (Araújo, 2014, p. 10).

Assim, foram desenvolvidos os primeiros mecanismos de tratamento, como catálogos, para a organização dos documentos nas antigas bibliotecas. Segundo Tanus (2019), após esse período de sistematização, que ela chama de pré-científica, com a modernidade a Biblioteconomia se tornou proto-científica, com um aprimorando dos instrumentos de tratamento, período marcado pela produção de bibliografias, tratados e manuais.

“A existência destas instituições levou à criação de uma série de procedimentos e métodos, surgidos diretamente da necessidade de se lidar com seus acervos. Tais procedimentos possuíam caráter eminentemente prático (a resolução de problemas concretos relativos à manutenção e atividade destas instituições), portanto muito próximos do senso comum, embora a experiência acumulada das técnicas utilizadas ao longo do tempo tenha sido utilizada, séculos depois, como a base das futuras disciplinas científicas” (Araújo, 2014, p. 10).

Durante a Idade Média, os mosteiros faziam a guarda dos conhecimentos restritos, acessível apenas aos próprios monges, o que acarretava um distanciamento da comunidade aos manuscritos. As coleções mantidas tinham a finalidade de conservação e armazenamento, tentando impedir ao máximo o acesso e uso, assim, o consumo de informação, a leitura e os estudos, eram centralizados em uma minoria privilegiada e, por conta desse cenário, nasceram os mediadores, a fim de prover informação e conhecimento àqueles que não podiam consumir de forma direta.

“A fusão entre religião e política resultou em um controle documental. A igreja católica, por exemplo, detinha o conhecimento da época, guardando os materiais da antiguidade clássica fora do alcance do povo, em sua maioria analfabeto, e restringindo até para os monges, também muitas vezes analfabetos, à técnica da cópia de livros. Desse modo, tanto a produção bibliográfica como a ordenação, armazenamento e guarda de livros era feita pelos religiosos, que podem ser considerados os primeiros bibliotecários” (Siqueira, 2010, p. 56).

Com o Renascimento, houve o crescimento no número de escolas e bibliotecas. “Nesse contexto, as bibliotecas se converteram em “templos do saber acumulado”, sendo sinônimos de orgulho nacional para os novos estados e indício de poder socioeconômico para a nova classe, a burguesia” (Siqueira, 2010, p. 57).

As bibliotecas na Renascença são destacadas como atuantes na preservação e disseminação cultural, foi o momento em que as bibliotecas deixaram de ser uma atribuição da igreja e se tornaram parte do domínio da burguesia. “Desse modo, as bibliotecas existentes no período renascentista se constituíram com o propósito de propagar o conhecimento até então acumulado e mantido sobre o poder de custódia monástica” (Anna, 2015, p. 146).

Esse período trouxe a valorização do científico e cultural, o que motivou a busca pelo conhecimento, contribuindo para a formação cultural dos indivíduos, onde a biblioteca passou a ter um papel além da preservação do conhecimento registrado.

“Contudo, foi após o Renascimento, a partir do século XV, que começaram a surgir os primeiros traços efetivos daquilo que se poderia chamar de um conhecimento teórico específico da Biblioteconomia” (Araújo, 2013, p. 42).

Com a disseminação de manuais, com regras e procedimentos para a guarda e preservação das obras, a Biblioteconomia se tornou prática. “Essa otimização dos registros gráficos se relaciona com o ato de mediação entre o homem, seja individual ou coletivamente

e seus registros gráficos, o que leva ao paradigma da Biblioteconomia como o progresso total de comunicações na sociedade” (Tanus, 2018, p. 81).

“[...] o acesso ainda era restrito a minorias. É somente no século XVII, com o crescimento acelerado das universidades e no século XVIII com a ocorrência da Revolução Francesa, que as bibliotecas se tornam integralmente acessíveis, o que caracteriza, simultaneamente, a consumação dos estágios da democratização e da especialização” (Anna, 2015, p. 146).

No século XVII, veio a criação dos periódicos e o surgimento das universidades, logo após, com a Revolução Francesa as bibliotecas iniciaram o período da democratização. “No período de democratização, as bibliotecas entram num processo de crescimento e valorização, pois é nessa época que as pesquisas científicas se proliferam, evidenciando o nascimento das grandes revoluções científicas no âmbito acadêmico” (Anna, 2015, p. 147).

Após a Revolução Francesa, as bibliotecas assumiram um papel de espaço aberto ao público e apoiado pelo Estado, passaram a responder à demandas sociais e educacionais, exercendo assim seu papel como instituição pública, surgindo a necessidade de um profissional apto a isso e uma disciplina que o formasse, a Biblioteconomia.

“Com o crescimento exponencial do livro moderno, desde a imprensa de Gutenberg, passando pelo desenvolvimento das grandes coleções, tornou-se indispensável a formação de profissionais especializados, tanto para gerir os espaços das bibliotecas quanto para o controle e o acesso às coleções. Tais demandas culminaram, portanto, no século XIX, na criação dos primeiros cursos superiores de Biblioteconomia, isso em meio a consolidação do Positivismo no seio das Ciências Sociais” (Tanus, 2019, p. 4).

Contudo, nesse contexto, a Biblioteconomia se consolidou com tecnicista, “[...] a fundamentação positivista priorizou as técnicas particulares da Biblioteconomia a serem utilizadas para o correto tratamento do material custodiado” (Araújo, 2013, p. 43)., dando mais ênfase à organização em si do que ao usuário, tópico que era pouco discutido no início.

“[...] ainda no final do século XIX surgiram também manifestos e iniciativas que evocavam mudanças no modo de se conceberem as bibliotecas. Adjetivos como “viva”, “dinâmica” e “ativa” começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nestas instituições de modo a combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmas, seu isolamento do conjunto geral da sociedade. Assim se desenvolveram as teorias funcionalistas da Biblioteconomia, ao longo do século XX” (Araújo, 2013, p. 44).

Com Sheran e Egan surgiu a discussão, a partir do livro a “Epistemologia social”, que levou ao contexto da biblioteca o usuário e suas demandas informacionais, ainda que seguindo o viés positivista, foi um movimento para a entrada da Biblioteconomia como uma ciência social.

As Ciências Sociais tem sua raiz no século XIX, mas no século XVIII vários pensadores, principalmente Comte, fizeram uso das ciências exatas para uma aplicação, como a Física Social de Comte, a Biologia Social de Spencer. As leis eram baseadas nas investigações das Ciências Naturais, como a investigação funcionalista em que a sociedade era enxergada como um organismo vivo e suas funções que promoviam o bom funcionamento de um todo. Conseqüentemente, logo que teve início, a Biblioteconomia sofreu influência do positivismo e funcionalismo.

“A perspectiva funcionalista alterou substancialmente a produção de conhecimentos nas três áreas, na medida em que buscou analisar as relações destas instituições (e de seus acervos e os procedimentos técnicos para tratá-los) com as sociedades em que elas se inserem, trazendo uma perspectiva mais ampla e complexa aos campos de estudo” (Araújo, 2014, p. 21).

Dentro desse âmbito, a Biblioteconomia social surge como uma “[...] ação reflexiva direcionar as práticas e os serviços das bibliotecas para atender às necessidades sociais [...] (Tanus, 2023, p. 1). O papel da biblioteca não se limita à disponibilização de materiais físicos, mas também de ações integradoras a fim de informatizar e contribuir para a inclusão dos indivíduos na sociedade. De acordo com Araújo (2013), a função da biblioteca varia de acordo com as necessidades das diferentes sociedades, variando também de acordo com a época, e assim, a biblioteca deve ir além de “truques para encontrar um determinado livro”, como também buscar atender a sociedade em todas suas variações. Assim como sugere Ranganathan em seu livro *As cinco leis da biblioteconomia*, em sua segunda lei:

“[...] que a biblioteca tenha conhecimento da comunidade que atende, observe para qual público se destina, selecione as informações de acordo com o perfil do público em potencial e atenda a critérios específicos para a aquisição de materiais para compor o acervo” (Pereira de Sousa, 2016, p. 18).

O desenvolvimento desse aspecto social na Biblioteconomia é imprescindível para a sua incorporação nas Ciências Sociais. O foco da Biblioteconomia social são as pessoas, não os documentos ou práticas de gestão institucional, mas essa prática social dentro do ambiente

da biblioteca se dá a partir de uma construção, considerando a integração que a biblioteca tem com os aspectos sociais da comunidade na qual atende.

“Em resumo, a “Biblioteconomia social” busca junto com a ação reflexiva direcionar as práticas e os serviços das bibliotecas para atender às necessidades sociais, promover a justiça social, a igualdade, a equidade, acesso à informação, a liberdade de expressão, visando contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos e o bem-estar da comunidade em geral” (Tanus, 2023, p. 3).

A biblioteca é um espaço dinâmico de herança cultural, as produções intelectuais que compõem o acervo são necessárias para o desenvolvimento da comunidade. Gomes (2014) expõe que, a partir da visualização da biblioteca como um espaço social, três paradigmas são destacados como norteadores: conservação cultural, difusão cultural e apropriação cultural.

“Ao longo do século XX, o impacto do pensamento crítico sobre o positivismo, a sociedade e o ser humano começou a se manifestar no espaço reflexivo sobre as bibliotecas. Também tendo como centro de preocupação as relações as bibliotecas e a sociedade, desenhou-se uma perspectiva calcada sobretudo na denúncia de processos de dominação, de ações ideológicas ocultas por detrás de práticas tidas como pretensamente neutras, no questionamento sobre as reais necessidades a serem atendidas e sobre os enquadramentos culturais promovidos” (Araújo, 2013, p. 47).

Ranganathan (2009) enfatiza em sua segunda lei a democratização do conhecimento, em que o papel do bibliotecário é oferecer a cada leitor o seu livro, tendo em mente o princípio de igualdade.

“Não terá descanso enquanto não houver reunido todos — ricos e pobres, homens e mulheres, quem mora em terra firme e quem navega os mares, jovens e idosos, surdos e mudos, alfabetizados e analfabetos — a todos, de todos os cantos da Terra, até que os tenha conduzido para o templo do saber e até que lhes tenha garantido aquela salvação que emana do culto de Sarasvati, a deusa do saber” (Ranganathan, 2009, p. 92).

Podemos concluir que a Biblioteconomia tem em sua constituição a função social na democratização da informação, com a disseminação do conhecimento sem distinções, trabalhando em para que o usuário tenha em um acervo acessível e que se sinta representado nele. Para que tal objetivo seja alcançado é importante que a biblioteca tenha conhecimento da comunidade a qual atende, e se preocupe em estar em consonância com a mesma, pois a prática biblioteconômica não se reduz à organização, mas levar a informação e atender às demandas dos usuários, para isso é necessário ter consciência do público que atende, estar integrada à comunidade e contribuir para a apropriação do acervo por parte dos usuários.

2.2 MEMÓRIA SOCIAL

A memória pode ser entendida como um mecanismo individual, uma função de recuperar e conservar lembranças do passado. “A memória é a responsável por esta relação entre corpo presente e passado, interferindo no processo das representações atuais. Através da memória, o passado vem à tona, misturado de fatos e eventos presentes” (Gomes, 2021, p. 10). No entanto, a memória também é formada pelo coletivo, construída a partir de interações externas, a recuperação de lembranças ocorre com a associação a um contexto exterior. “[...] memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (Halbwachs, 1990, p. 51).

A memória individual é uma perspectiva dentro do contexto coletivo, já a memória coletiva diz respeito ao conjunto dessas perspectivas.

“Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (Pollak, 1992, p. 2).

Portanto, a memória individual é um meio de recuperação da memória coletiva, pois carrega consigo aspectos do meio. A socialização é fator importante para o desenvolvimento de uma memória coletiva, a valorização da mesma e a conscientização é primordial para que quando ocorra o contato exista o reconhecimento. Ao manifestar, em desenhos ou signos, é o que essas memórias podem ser socializadas, por fornecer informações que são importantes para a continuidade de costumes e permite que o grupo permaneça em sua consonância.

“Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum” (Halbwachs, 1990, p. 34).

Não é suficiente ter acesso às memórias de outras pessoas, é importante que as memórias estejam em concordância para que tenham pontos em comum. “Quanto mais sólida for a relação entre os membros de um determinado grupo mais forte serão as lembranças evocadas dos fatos vivenciados coletivamente” (Reis, 2013, p. 17). Portanto, a memória é construída a partir de processos sociais, é algo construído de forma coletiva.

“A memória individual é constituída socialmente, pois os mecanismos de evocação de lembranças são de origem social. A memória individual possui sua singularidade a partir do processo histórico de vida do indivíduo que, a partir de sua inserção nas relações sociais e sua posição social, realiza a evocação de lembranças que estão em sua consciência virtual. Tanto as lembranças quanto os mecanismos de evocação são de caráter social, e isto significa que a memória individual é social. Além disso, o material que dá vida à memória também é de caráter social, tal como os signos” (Viana, 2006, p. 9).

É a partir da memória individual, construída coletivamente que surge a memória social, que é “[...] entendida como fruto do afeto, jamais estática, pois é moldada pelo que nos afeta e pelo novo ” (Massoni, 2019, p. 198).

“A memória é, ao mesmo tempo, passado e presente, que se encontram para atualizar os repertórios e possibilitar novos sentidos, perpetuados em novos rituais, que, por sua vez, abrigarão elementos novos num circular movimento repetido à exaustão ao longo da história” (Munduruku, 2018, p. 81).

A memória social, em certa perspectiva, pode estar relacionada à memória registrada da sociedade que dominou esse meio, com o intuito de perpetuação. A escrita transformou a memória coletiva, ao passo que os homens passaram a gravar suas memórias em suportes físicos, tornou-se então uma via para demonstração de poder por parte daqueles que tinham a possibilidade de perpetuar suas memórias, onde a mente humana foi ampliada, transformando a memória coletiva em memória social. “Assim, serão considerados importantes para a compreensão da memória social aspectos relativos à estrutura e às relações sociais” (Reis, 2013, p. 22).

“Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória” (Le Goff, 2003, p. 476).

A memória coletiva é então considerada social a partir da sua apropriação e uso, quando se transforma em um instrumento para os grupos sociais, já a memória individual é um recorte dentro dos contextos grupais.

“No entanto, as lembranças coletivas, quando são evocadas, possuem os mecanismos de seleção que são de caráter social: valores, sentimentos, pressão social, etc, e, por conseguinte, sua constituição é social, tal como ocorre com o indivíduo, e possuem elementos que são constitutivos de toda uma sociedade. Assim, podemos falar de uma memória social, compreendendo por este termo a consciência social virtual em uma determinada sociedade. Assim, a evocação da origem do mundo nos mitos das sociedades simples revela esta memória social” (Viana, 2006, p. 9).

Assim, “A memória individual é uma memória constituída socialmente e a memória social é a manifestação coletiva da memória de uma sociedade ou um grupo” (Viana, 2006, p. 10). A manutenção da memória permite a união de um grupo, permite que sua base histórica tenha coesão. A memória colabora para o sentimento de pertencimento, de identificação, pois seu principal objetivo é construir uma narrativa que abarque todas as pessoas contidas no mesmo círculo. Ela contribui para a criação de uma imagem individual, mas que também adquire suas características ao longo da vida a partir da forma que se apresenta aos outros.

“A convivência em grupo possibilita a reconstrução ou simulação de lembranças. Nesse processo, a memória individual pode ser apoiada nas percepções de outras pessoas (memória coletiva) ou internalizada tendo como referências as representações de uma memória histórica” (Reis, 2013, p. 16).

A memória é um fenômeno social, ela é seletiva pois grava as coisas que são importantes para o grupo. “Portanto, a memória coletiva está na base da construção da identidade. Esta reforça o sentimento de pertença identitária e, de certa forma, garante unidade/coesão e continuidade histórica do grupo” (Rodrigues, 2017, p. 5).

“Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p. 5).

A identidade do indivíduo é o que estabelece sua posição diante do mundo e da sociedade, é o que possibilita a construção do discurso e práticas. Para isso é necessário que exista um movimento de disseminação dos discursos, tanto em âmbitos familiares, religiosos, quanto comunitários.

“A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (Pollak, 1992, p. 5).

O prisma de identificação social se tornou amplo, trazendo novas configurações de socialização, possibilitando a escolha individual de seus referenciais políticos e sociais, fazendo surgir novas identidades.

“Reviver o tempo que passou é aprender e perceber o que foi e como tem sido. A memória é um fragmento do evento e cotidianidade do que passou. Por isso, o sentido das identidades consiste nos arranjos e rearranjos dos pedaços e fragmentos do passado” (Gomes, 2021, p. 11).

Ao consumir informações e conhecimentos referentes ao passado, o indivíduo pode formar a própria identidade, dando contorno aos seus aspectos individuais e coletivos. O processo de construção de identidade se dá a partir de referências externas que contribuem para identificação, através da socialização, compartilhamento de costumes.

2.3. PATRIMÔNIO

Patrimônio se trata de uma produção coletiva, são memórias herdadas, com aspectos culturais e referentes à uma nação, grupo ou comunidade. Se trata de um bem social, tem em seu cerne a temporalidade, carrega história que cruza gerações e sua passagem varia de acordo com cada costume cultural. “O patrimônio é um dos possíveis resultados obtidos da representação de memórias, do registro do passado e do presente, da criatividade, do intelectual, das características – sejam religiosas, históricas ou culturais – de um povo” (Marques, 2022, p. 190).

“Assim, consideramos a palavra “patrimônio” como conectada ao sentido de herança de um momento da sociedade para outro, de uma geração para a outra, herança essa que pode se manifestar em diversos formatos, podendo ser natural ou cultural, e suas ramificações manifestadas nos registros documentais e bibliográficos. É importante lembrar e frisar o que é considerado patrimônio para determinado grupo e sociedade nem sempre terá a mesma consideração em outra, pois patrimônios no geral remetem a certo momento social, e tal momento dificilmente se repete da mesma forma em lugares diferentes” (Araujo, 2020, p. 79).

As discussões sobre patrimônio aconteceram no final do século XVIII, período da Revolução Francesa, em que as estruturas sociais sofreram modificações, causando uma reestruturação nos conceitos de sociedade, história e identidade. O conservadorismo durante a Revolução Francesa ocasionou na preservação da riqueza do patrimônio nacional. “[...] no sentido de conduzir ao sentido de um povo, composto de cidadão, unidos através de um sentimento e uma conexão histórica, responsável por determinar, então, o sentido de nacionalidade de cada um e do coletivo” (Bizello, 2012, p. 174).

“Os conceitos de nação e de patrimônio surgem basicamente a partir desta crença: indivíduos que compartilham uma memória, que acreditam pertencer ao mesmo grupo constituído pelas mesmas lembranças, que creem ter um passado comum que deve ser, portanto, preservado e novamente compartilhado com as gerações que os sucedem” (Rodrigues, 2015, p. 246).

Desde o início, o patrimônio tem como principal função a constituição do conceito de nação, atuando dentro da sociedade, buscando a identificação da sociedade de forma coletiva. “Levando em consideração esse conceito, retoma-se e enfatiza-se que patrimônio refere-se aos bens herdados, históricos, culturais e naturais produzidos em qualquer nação” (Palma Peña, 2013, p. 33, tradução nossa). Os objetos a que se referem como patrimônio devem ter significado para a população, exercer influência, assim, a entrada desses objetos do passado

no contexto contemporâneo exige uma recontextualização, em prol de uma interpretação para seu entendimento na atualidade.

“Para que tais bens possam ser utilizados pelos poderes em favor da criação da nação, é necessário que, em primeiro lugar, façam com que os indivíduos passem a ser entendidos enquanto coletividade, ou seja, devem servir como um instrumento integrador. Caso contrário, eles não efetivarão o que foi intencionado” (Bizello, 2012, p. 174).

Com isso, patrimônio pode conter sentido cultural, pois é produto de uma nação, contendo seus traços culturais, em aspectos materiais ou imateriais, sendo um:

“[...] conjunto de manifestações, representações, expressões e bens culturais, móveis e imóveis, materiais e imateriais, que foram construídos por grupos humanos no curso de tempo para comunicar, apoiar o seu desenvolvimento e transmitir os seus conhecimentos; e que é constituído por elementos e valores significativos que lhes atribuem o valor de património cultural” (Palma Peña, 2013, p. 34, tradução nossa).

Ao longo dos anos essas transmissões de elementos comuns na comunidade foram tomando diferentes manifestações, em algumas sociedades passaram a ser registradas em documentos, formados a partir de vivências, compostos por culturas, políticas, que contribuem para o sentido de união do grupo.

“Assim, é possível verificarmos que a constituição do patrimônio não é um processo natural, mas um processo histórico e permeado de interesses; uma invenção ou reinvenção. Por invenção devemos entender a proposta de instituir novos pensamentos e relações com os objetos do passado por meio da atribuição de valores; uma maneira de inventarmos ou (re) inventarmos as coisas” (Grigoletto, 2012, p. 62).

O conceito de patrimônio permeia várias áreas, é constituído a partir do reconhecimento que a comunidade com objetos que a representa. É um processo que ocorre ao longo dos anos, é guiado pelo interesse de uma sociedade quando atribui valor aos objetos de forma que esse contenha sua história e cultura.

O patrimônio indígena é um exemplo dessa dinâmica, se tratando do reconhecimento da memória, cultura e história indígena, vinculado não só ao material, como também à imaterialidade. É intimamente vinculado ao contexto de sua produção, pois é uma cultura marcada pela oralidade, a qual permeia os itens que fazem parte dos aspectos culturais. Para que tenha significado é importante ter conhecimento sobre o que vem por trás desses objetos, dessa forma, ocorre a identificação por parte da comunidade e desperta o reconhecimento

cultural por parte dos não indígenas, isso é o que faz com que o patrimônio seja devidamente valorizado.

2.3.1 PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO

Para Palma Peña (2013) patrimônio bibliográfico é um conjunto de manifestações e representações que acompanha a sociedade em seu desenvolvimento, são registrados em livros e documentos, possuindo particularidades quanto ao material, ao intelecto, símbolos, etc., o que evidencia sua importância como patrimônio. Já Araujo (2020) define patrimônio bibliográfico como a materialização em livros ou textos, as manifestações produzidas pelos integrantes de uma comunidade, contendo seus aspectos políticos, artísticos e etc., é uma modalidade do patrimônio documental e que também faz parte do patrimônio cultural.

“O patrimônio bibliográfico, enquanto registro escrito, é de suma importância para entender como a sociedade chegou ao ponto que está, que influências internas e externas possuímos, como nos desenvolvemos e também como pretendemos continuar nos desenvolvendo” (Araujo, 2020, p. 85).

O patrimônio bibliográfico é um transmissor de saberes, com isso ele é capaz de prover e traçar uma identidade a partir da comunidade que ele representa, e seu valor é atribuído pelo público ao reconhecer nele sua memória e cultura. “Sendo assim, entende-se patrimônio bibliográfico não como qualquer registro humano, mas sim aqueles que sejam representações de determinadas memórias, imbuídas de significação, passíveis de preservação e disseminação, na tentativa de fazer permanecer” (Marques, 2022, p. 191).

“[...] qualquer documento que represente ou seja expressão da identidade cultural de um conglomerado social, comunidade ou nação, publicado em qualquer meio (papel, magnético, acetato, óptico ou microforma), independentemente do formato de sua apresentação (livro ou monografia, panfleto, cartaz, cartografia, revista, boletim ou imprensa); que seja produzido com o intuito de divulgar conhecimentos ou ideias de um grupo ou comunidade, para fins de distribuição, ou que seja produto de um momento histórico ou de valor simbólico para essa comunidade, visto que confere e fortalece sua identidade cultural. Em qualquer caso, o documento bibliográfico patrimonial reúne pelo menos uma das seguintes características: originalidade (autenticidade), singularidade (insubstituível), valor simbólico, valor de conteúdo ou valor estético” (Jaramillo, 2014, p. 428).

No entanto, segundo Bizello (2012), no histórico nacional os documentos não têm a mesma valorização dos monumentos históricos, artísticos e demais categorias patrimoniais,

tornando o patrimônio documental desvalorizado, deixando de lado seu valor social e sua contribuição para a memória nacional.

“Até a eclosão do modernismo, com a Semana de Arte Moderna em 1922, o Brasil vinha sendo um país, embora independente desde 1889, consumidor e reproduzidor da arte, da cultura e dos costumes europeus. Somente a partir da década de 1920 o país avança em relação às atividades da vida social e econômica: surgem as elites vinculadas ao comércio e à indústria, amplia-se a classe média, importantes intelectuais e pensadores vanguardistas se destacam, exercendo influência sobre a forma de pensar a nação” (Rodrigues, 2016, p. 118).

No âmbito nacional não há discussão o suficiente acerca do conceito de patrimônio bibliográfico, por ser algo que está sempre inclinado a tratar dos livros apenas com seu teor de raridade e não com sua relação com a comunidade na qual faz parte ou influência. Como a definição de patrimônio bibliográfico no Brasil não é bem definida, a sua atribuição é subjetiva, a própria instituição define quais seus critérios para o conceito de patrimônio bibliográfico.

“No caso do Brasil, com uma história editorial bem mais jovem que países europeus e mesmo países latinoamericanos, o patrimônio bibliográfico inclui sem sombra de dúvida obras do século XIX. E pelas suas dimensões continentais, o trabalho com o patrimônio bibliográfico em nível regional e local é especialmente relevante. Essa extensão territorial mais a diversidade humana em função das imigrações faz com que tenhamos costumes, folclore e especificidades regionais que justificam o incentivo para identificar, preservar e valorizar as questões locais” (Napoleone, 2022, p. 632).

Apesar de sua importância, o decreto-lei no 25 de 1937, que trata dos patrimônios históricos e artísticos nacionais como conjunto de bens, inclui o valor bibliográfico um maior esclarecimento sobre seu valor, mas a noção do mesmo é muito vaga no Brasil. Apesar disso, e da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), não há uma recorrência de discussões sobre patrimônio bibliográfico em território nacional, justamente por não ter o mesmo reconhecimento dos patrimônios arquitetônicos.

“O patrimônio bibliográfico é uma modalidade do patrimônio cultural ainda pouco discutida pela sociedade brasileira, porque os livros passaram a existir em maior quantidade no território a partir do século XIX, sendo usados para educar a população, disseminar conhecimentos científicos e divulgar o País no exterior. Ao longo do século XX, as ações em prol da proteção dos bens culturais impressos se confundiram com as políticas públicas federais de promoção e acesso à cultura. Decorridas quase duas décadas do século XXI, observa-se o estímulo à candidatura de acervos ao reconhecimento de valor cultural internacional e o controle de circulação de obras raras” (Ferreira dos Santos, 2018, p. 225).

Como um patrimônio documental, ele é constituído por aspectos sociais e representa a diversidade coletiva, em relação a cultura e línguas. No entanto, a preservação de documentos esteve voltada aos fatos históricos, como se as práticas sociais não tivessem valor, “se não dermos uma utilidade social ao que julgamos ou que se apresenta como patrimônio, ele com certeza morre ou, no mínimo, passa despercebido” (Araripe, 2004, p. 114).

Os documentos, carregados de informações sobre a nação e suas comunidades, são importantes para a compreensão de uma identidade cultural, a identificação de um corpo social, assim “Afirmar que um documento é um patrimônio bibliográfico significa dizer que ele foi produzido por um grupo, comunidade ou sociedade em determinado contexto social e tornou-se a marca, a “cara”, por dizer, desse contexto” (Araujo, 2020, p. 86).

“Os patrimônios bibliográficos são responsáveis pela constante evolução da sociedade, visto que, através de sua análise, é possível extrair e identificar as características e os costumes da sociedade em um determinado período de sua história. Tratam-se de documentos responsáveis por resguardar a memória, o que possibilita que as sociedades posteriores compreendam o passado, identificando aspectos positivos e negativos que possam ser empregados para a melhoria da sociedade contemporânea” (Azevedo, 2021, p. 174).

Patrimônio bibliográfico se trata da herança cultural de uma comunidade, acumulada com o tempo, sua relação está com a produção, o vínculo com o povo do qual pertence, pois representa a história dessas pessoas através de suas lembranças.

2.3.2 A BIBLIOTECA E O PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO

A informação é provocadora de pensamentos, causa intervenções por meio de sua apropriação e compreensão, é uma grande agente dentro da sociedade no papel do fluxo informacional e no acesso, por isso é de suma importância a salvaguarda dos documentos que dizem respeito ao patrimônio bibliográfico.

“Ao longo dos milhares de anos em que existe, a sociedade produziu e ainda produz quantidade significativa de registros, desde valores (éticos, morais, estéticos, etc.) a objetos, que traduzem o momento social e cultural em que tal registro foi produzido. Criados pelos diversos grupos sociais que fazem parte de uma sociedade, tais registros acabam por se tornar parte importante da sua narrativa corrente e, ao ir além do grupo e se tornar importante para toda a coletividade, acabam se tornando uma herança transmitida às gerações seguintes dessa sociedade” (Araujo, 2020, p. 78).

A construção de uma comunidade geralmente é feita a partir de características do seu passado, em que se mantêm histórias, discursos, que constituem a identidade e reproduzem isso, como as mitologias e religiões. O patrimônio é imprescindível para isso, pois enaltece aspectos do passado em manifestações físicas, conectando as pessoas com suas recordações.

“Sendo o livro a expressão máxima do patrimônio bibliográfico, o seu interesse reside não só no seu sentido textual, mas também nos aspectos relacionados com a criação, origem e usos que a comunidade faz deles, uma vez que têm acompanhado no seu desenvolvimento as sociedades. e promoveram a formação de identidades nacionais, tornando-se testemunhos fiéis da memória histórica e coletiva. Ou seja, o patrimônio bibliográfico reúne as representações sociais acumuladas pelos atores de uma mesma comunidade, o que serve como meio de transmissão de conhecimento” (Jaramillo, 2014, p. 428).

A biblioteca tem em sua política natural o desenvolvimento de coleções, sendo essas focadas em áreas específicas, como literatura, política, ou em personalidades notáveis, mas nunca fugindo do foco principal: a preservação da memória e dos saberes.

“Evidenciar a múltipla função dos livros e bibliotecas é um aspecto fundamental para um entendimento mais completo no âmbito do patrimônio cultural: são fontes de informação para ensino e pesquisa; são lugares de memória e espaços de custódia; a biblioteca é local de preservação e armazenamento de patrimônio documental em suportes diversos; e pelo conjunto são a expressão, em si mesmos, do patrimônio cultural, mais especificamente, do patrimônio bibliográfico. As funções coexistem naturalmente e, com frequência, podem ganhar cores mais fortes num ou noutro aspecto” (Napoleone, 2022, p. 624).

É um espaço de disseminação do patrimônio bibliográfico, em conjunto com sua organização, se apropriando do conceito do local de guarda da memória e expressões sociais, contribui para seu consumo e reconhecimento por meio da comunidade da qual faz parte.

“Nesse sentido, os centros de documentação e outras instituições de guarda ganham significado político e simbólico na sociedade na qual estão inseridos. Em grande parte, cabe a eles promover a coleta, a guarda e a preservação do patrimônio documental em toda a sua diversidade” (Tanno, 2018, p. 99).

Além disso, eles devem tornar os documentos passíveis de consumo, com fácil acesso e uso, com o foco no maior número de pessoas possíveis, trabalhando com as possibilidades de público e sua diversidade. Constituída por um conjunto de acervo material e com seus aspectos imateriais, ela contribui para a construção da comunidade e a integração de seus componentes.

“[...] os acervos dos centros de documentação devem espelhar a diversidade e multiplicidade de grupos étnicos, culturais, religiosos, políticos e de gênero que a sociedade brasileira possui. Todos têm direito ao seu passado, às suas memórias, a fim de que tenham condições de (re)construção de identidades individuais e coletivas” (Tanno, 2018, p. 98).

Para promover o reconhecimento do patrimônio documental como identidade da nação é importante estimular sua preservação e conhecimento sobre seu valor, isso significa propagar o uso dos livros como fontes de pesquisa e informação, e oferecer esses recursos através de diversos processos e serviços.

“A tarefa é de todas e de cada biblioteca, identificando, descrevendo e tratando o patrimônio, nos seus diversos níveis de memória, sob seus cuidados. O apagamento e a perda de acervo e de memória também está nas mãos do coletivo profissional de bibliotecas e bibliotecários. A atuação é individual e ao mesmo tempo coletiva, articulada com a imprescindível tarefa das bibliotecas patrimoniais e custodiais pela falta de conhecimento” (Napoleone, 2022, p. 659).

O bibliotecário faz essa ponte e promove ações para que os usuários tenham conhecimento e possam se apropriar desse patrimônio. O profissional da informação precisa agir em prol da democratização da informação, trabalhando para que o patrimônio bibliográfico seja reconhecido como tal, evitando o apagamento cultural dos povos. “Portanto, a ideia sobre patrimônio bibliográfico tem sido centrada no valor emanado dos itens, visto que eles representam a materialização de expressões culturais e do desenvolvimento literário, científico e tecnológico da sociedade” (Provenzano, 2020, p. 177).

Os documentos, carregados de informações sobre a nação e suas comunidades, são importantes para a compreensão de uma identidade cultural, a identificação de um corpo social. “Afirmar que um documento é um patrimônio bibliográfico significa dizer que ele foi produzido por um grupo, comunidade ou sociedade em determinado contexto social e tornou-se a marca, a “cara”, por dizer, desse contexto” (Araujo, 2020, p. 86).

“Assim, a informação percebida como uma construção social e coletiva, como um fenômeno social que circula e que é (re)construído constantemente pelos sujeitos a partir de suas experiências de vida, trabalho e cultura, é utilizada de acordo com seus interesses, conhecimentos e competências, para auferir dividendos para si e para seu grupo social, político, econômico, étnico e religioso” (Tanno, 2018, p. 97).

Um documento tem esse significado a partir de sua compreensão social como um meio de representação da informação, assim, não se valendo apenas do suporte mas da significação da informação presente. Não se reduz a livros no contexto da biblioteca, pois

também é uma forma de representação social organizada, para servir e comunicar a um grupo em específico. Os documentos têm em seu cerne a finalidade de informar, mas com sua ressignificação pode obter valor histórico, referente ao seu tempo, o que muda é sua interpretação.

“A partir de questionamentos sobre o que é patrimônio cultural, e com o apoio de conceitos humanísticos e sociais, sob a ótica da biblioteconomia pode-se considerar que constituem patrimônio bibliográfico e documental os patrimônios artístico, histórico, cultural, folclórico, educacional, intelectual e científico, entre outros, que foram produzidos para atestar o desenvolvimento das sociedades e que, por sua vez, foram objetivados em documentos manuscritos, impressos, audiovisuais, eletrônicos e outros tipos de documentos, a fim de armazenar, transmitir, preservar, preservar, comunicar e disseminar a soma de conhecimentos contidos nessas manifestação” (Palma Peña, 2013, p. 41, tradução nossa).

A disseminação do patrimônio bibliográfico, em conjunto com sua organização, é o que promove seu consumo e reconhecimento por meio da comunidade da qual faz parte, possibilitando a adoção de uma identidade coletiva e individual. Isso evita o apagamento histórico das comunidades, permitindo que conheçam a história dos seus antepassados.

3 A MEMÓRIA INDÍGENA ENQUANTO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO

Com o fácil alcance à informação, a rápida disseminação e o acesso à diversidade, podemos observar que ainda existe uma predominância em relação à memória de algumas comunidades que não são devidamente valorizadas, prejudicando algumas culturas e costumes em prol de outras. Dentro desse aspecto podemos trazer a cultura indígena, que dentro do cenário nacional sofre ainda hoje das consequências da colonização, onde foram sobrepostos os costumes europeus acima dos já habituais dos indígenas, causando uma perda da memória nacional.

“Os ameríndios foram levados a adotar hábitos e costumes europeus, até então estranhos aos seus costumes e estilo de vida tradicionais. De modo violento, este contato, ao invés de contribuir para o enriquecimento de ambas as culturas, no sentido de tomarem conhecimento da existência de outros povos com hábitos, costumes e organização diferenciados, proporcionou uma sobreposição da cultura europeia em relação à cultura tribal” (Crivelli, 2019, p. 36-37).

Essa sobreposição cultural ocorreu principalmente por conta da escrita, que esteve detida pela elite ao longo dos anos, em contraponto, a oralidade se tornou a principal forma de comunicação nas sociedades sem uso da escrita alfabética. “Os indígenas são detentores de uma cultura eminentemente oral, e as suas narrativas são, em geral, transmitidas de geração a geração e incluem a história de seus antepassados” (Paiva, 2009, p. 1171). Assim, dentro da sociedade os indígenas se encontram em uma posição de pouco valor, dependendo do estado para que tenham seus direitos providos.

“Dessa forma, as memórias vão se perdendo sem deixar rastros significativos que permitam às gerações futuras conhecer como homens e mulheres de outras épocas viveram suas vidas” (Tannos, 2018, p. 90). Se torna evidente a necessidade de uma ação que abra espaço para que as outras culturas, antes marginalizadas, tenham espaço para preservar sua memória e identidade. Segundo Carvalho (2018) a memória é importante como um meio para a preservação e disseminação do conhecimento de um determinado povo.

“Os livros constituem-se como um suporte para as narrativas, entretanto, ao imaginar a emergência de uma obra, em relação ao mundo em que ela surge, não é possível separá-la de seus modos de transmissão e de suas redes de comunicação, porque a maneira como um texto se configura, ou seja, a sua forma de apresentação, é parte integrante de seu sentido” (Paiva, 2009, p. 1172).

Assim, desassociar o livro de suas origens orais é como descartar a existência de um processo informacional, observado no âmbito da literatura indígena em que a literatura oral precede a escrita, onde as principais fontes são as pessoas que carregam em si os conhecimentos e riquezas de cada etnia. Mesmo que a escrita esteja sendo utilizada pelos povos indígenas em prol da manutenção de suas culturas, ainda é imprescindível considerar suas origens, e principalmente desconsiderar “[...] que a expressão oral pode prescindir da escrita, mas a escrita nunca existiu sem a oralidade” (Paiva, 2009, p. 1174). É ao contar essas histórias várias e várias vezes que elas se mantêm vivas na memória de seus povos.

A literatura indígena se tornou uma ferramenta de resistência para romper com todos os conceitos pregados durante os anos após a entrada dos colonizadores no Brasil, a apropriação da escrita é utilizada para romper com imagem preconceituosa dos povos indígenas, reivindicando as raízes de seus costumes. A oralidade proporcionou essa passagem de sabedorias, sobreviveu a isso onde os mais velhos mantinham, por vezes de forma silenciosa, o hábito de repassar seus conhecimentos sem citar a origem indígena.

No contexto da literatura indígena, as pessoas se tornaram uma fonte de informação, pois eram o meio de recuperação de acontecimentos do passado, isso se dá principalmente no fato em que lhes foi negado a perpetuação de suas tradições e costumes, em uma intenção de apagamento, tendo assim, a oralidade como principal meio de manutenção de suas histórias e conhecimentos. Essa manutenção gera um fluxo de informação e conhecimento corrente dentro da comunidade, contido no conhecimento tácito que geralmente é detido por uma parcela da comunidade. No caso dos povos indígenas, em seus anciãos que carregam a sabedoria de cada etnia (o conhecimento das línguas, saberes medicinais e histórias das raízes de seus povos).

No contexto da Biblioteconomia, mediar a informação por vezes é limitado a responder uma demanda de usuário, sem considerar que também é uma forma de interferência no contexto social e político, segundo Carvalho (2018) a exposição oral também constitui a mediação da informação, pois compreende a organização, a própria mediação, o acesso, a recuperação, o uso e a apropriação da informação, é por meio dessas fontes que é possível investigar a cultura de um povo, onde os conhecimentos são passados de forma mais subjetiva e autêntica.

É visto a importância de considerar a oralidade antes do registro, encarar os fatores que marcam e estão presentes na produção literária, investigando o fluxo informacional por trás da memória dos povos, um compromisso social e das instituições que fazem sua

disseminação⁶. Tendo isso em vista, as pessoas podem ser vistas como fonte de informação pois têm em si a capacidade de atuação em um contexto social e partir disso, reúnem informações que são passadas principalmente por meio da oralidade.

Para possibilitar a investigação do fluxo informacional, a história oral é uma ferramenta importante, método adotado nessa pesquisa que consiste em entrevistas a fim de obter a visão de pessoas introduzidas no contexto propriamente dito. É de suma importância considerar a oralidade por trás da produção de uma informação, pois antes do registro houve uma interação que deu vida a essa produção, essa interação anterior ao registro em suporte físico pode ser visualizada como um patrimônio imaterial, não registrado, por trás do registro onde mora a memória dos povos indígenas.

Em pesquisa feita no ano de 2022/2023 foram entrevistados cinco pessoas introduzidas no âmbito da literatura indígena, sendo três escritores indígenas, um bibliotecário indígena, uma antropóloga atuante no contexto indígenas e, uma professora de Letras, que colaborou com professores indígenas na produção de material didático para escolas indígenas. Essa pesquisa teve como objetivo mapear os elementos que compõem a produção de informação indígena. Por meio das entrevistas foram determinadas quatro temas centrais:

Oralidade/memória: método de compartilhamento e manutenção de conhecimento;

“Porque uma forma de transmitir conhecimento dentro dos povos tradicionais sempre foi a oralidade.” (Cavalcante, 2023, p. 7)

“Na realidade a escrita foi um mundo distante né? Nós nos comunicamos e nós aprendemos as coisas através do diálogo, né? Da oralidade.” (Cavalcante, 2023, p. 7)

“Desde a infância eu observo as minhas visitas com minha avó, ela ensinava o respeito que tem na hora de apanhar a água no olho d'água né? Fazer uma oração antes de pegar numa planta pra cura então esse aprendizado era natural.” (Cavalcante, 2023, p. 8)

Escrita: passagem da oralidade para uma representação por meio de signos em um suporte;

⁶Exemplos de instituições com acervos indígenas: Museu do Índio; Biblioteca Indígena do Xingu (BIX); BiblioOca; Centro de Referência Virtual Indígena do Armazém Memória.

“Eu escrevo para que os outros possam ler e conhecer um pouco mais da nossa cultura, da nossa tradição.” (Cavalcante, 2023, p. 8)

“Nós nos apropriamos dessa escrita né? A utilizamos como ferramenta de resistência, né? Porque é necessária, precisa sim que as pessoas tenha esse entendimento em relação à nossa escrita, à nossa cultura, à nossa espiritualidade..” (Cavalcante, 2023, p. 8)

Fonte: origem do contato com a literatura indígena de forma oral ou registrada;

“São criações literárias mesmo, mas tendo como fonte, tendo como legado inspirador, todo o nosso legado cultural [...]” (Cavalcante, 2023, p. 8)

“[...] ouvi muitas histórias da minha ex-mulher, ela contava muitas histórias pra mim e também contava muitas histórias pro meu filho.” (Cavalcante, 2023, p. 8)

“Eu comecei a escrever minhas histórias eu mesmo criando histórias infantil, né? E histórias da realidade que acontece nas aldeias, né? Problemas, casos graves, né?” (Cavalcante, 2023, p. 8)

Literatura indígena: literatura de autoria indígena.

“[...] porque se você não escrever sobre o teu povo, o apagamento cultural vai continuar acontecendo.” (Cavalcante, 2023, p. 8-9)

“Fui em busca da minha própria história e registrar ela né?” (Cavalcante, 2023, p. 8)

“[...] eu falo sobre a cultura guarani e as pessoas ficam impressionadas porque as pessoas criam imagens sobre o mundo você não pode criar uma imagem você tem que conhecer.” (Cavalcante, 2023, p. 8-9)

Foram destacadas falas que evidenciam a dinâmica por trás da oralidade, como ela sempre esteve presente na cultura indígena, sua importância como fonte dos conhecimentos passados, em que os comunicadores são, em sua maioria, os mais velhos, mais experientes. Assim, a adoção da escrita foi fator determinante para que esses saberes estejam em

movimento, principalmente para a manutenção da memória indígena. A literatura indígena é um meio de disseminar os saberes indígenas, perpetuar a memória cultural e quebrar os conceitos antes estabelecidos pelos colonizadores.

4 BIBLIOTECA CURT NIMUENDAJÚ

A Funai é uma organização ligada ao governo brasileiro que foi criada a partir da lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, na qual prevê a proteção e a promoção dos direitos indígenas brasileiros. Ela exerce sua função a partir dos direitos descritos na Constituição do Brasil, em conjunto com legislações que estão relacionadas aos direitos indígenas.

Criada em julho de 1987, localizada em Brasília, a Biblioteca Curt Nimuendajú da Funai é uma referência para estudos e pesquisas voltados à cultura indígena. Com o acervo especializado, abrange assuntos indigenistas, questões ambientais nas terras indígenas, política indigenista e etnologias. O acervo é composto por folhetos, periódicos, livros, jornais, monografias, teses e dissertações.

Para a coleta de dados desta pesquisa, foi feito contato por e-mail e posteriormente uma visita presencial à instituição, no dia 11 de outubro de 2023. A bibliotecária pautou em entrevista os seguintes tópicos: o espaço físico, as questões institucionais, a composição do acervo e o público-alvo da instituição. Os resultados estão descritos a seguir.

Figura 1 - Biblioteca Curt Nimuendajú



Fonte: Mário Vilela/Funai, 2022.

Espaço físico e questões institucionais

A biblioteca é aberta ao público e tem espaço para estudo, tanto individual quanto coletivo, com acesso a internet e disponibiliza atendimento especial para pessoas com deficiência física. Seu principal foco é a disseminação de informação indígena e da política indigenista no Brasil, possibilitando a promoção da cultura indígena e a proteção de seus conhecimentos e direitos.

A instituição tem um espaço limitado, porém nem todos os livros são digitalizados por questões de recursos, o que causa uma problemática na disponibilização de materiais do acervo de forma remota. Os planos são ter um acervo digital, para possibilitar maior acessibilidade, a visualização e consulta dos documentos online, mas isso demanda recursos das políticas públicas que nem sempre são disponibilizados

Por conta da problemática das políticas públicas a biblioteca passou muitos anos dependendo de doações, então o critério para a formação do acervo não podia ser muito restrito. A verba para as aquisições não é recorrente, são valores baixos, a dinâmica de aquisição tem sido iniciada aos poucos e a intenção é que se mantenha uma constância.

Figura 2 - Evento de doação



Fonte: Mário Vilela/Funai, 2022.

Público-alvo

O público-alvo é toda a comunidade indígena, público em geral e servidores, porém o empréstimo é voltado apenas para os servidores, a consulta é livre para todo o público. A demanda é maior para pesquisadores, não têm tantos alunos, já houve uma ocorrência maior, mas o número caiu depois da pandemia. A biblioteca é uma referência nacional e internacional por conta de seu acervo amplo sobre a comunidade indígena e ausência de bibliotecas com esse tipo de acervo.

Quando ocorrem eventos indígenas em Brasília há maior demanda do público indígena na biblioteca, mas não há uma ocorrência espontânea, normalmente ocorre quando eles já estão em Brasília por outras questões. A questão do público indígena é o distanciamento em relação às aldeias, o público, em sua maioria, não se encontra aos arredores de forma que possa vir até a biblioteca consumir esse conteúdo, por vezes moram em outros estados ou numa distância maior. Acredita-se que há a possibilidade de integrar os indígenas e não indígenas na biblioteca, é um dos objetivos da Funai, difundir o patrimônio cultural indígena, quanto aos projetos para isso ainda estão em andamento.

Acervo

Como o espaço do acervo é pequeno, são estantes deslizantes, há dificuldade no acesso do usuário, dessa forma, a consulta deve ser acompanhada, assim, o acervo não é aberto, é fechado e antes da consulta é necessária autorização antes de subir. A política de desenvolvimento de acervo não existe, apenas uma minuta, mas está em processo de publicação, então ainda não está disponível para acesso. Houve, alguns anos atrás, uma portaria de funcionamento que estava desatualizada, e essa parte das coleções não havia sido desenvolvida, ainda está em processo de modernização.

Figura 3 - Estantes



Fonte: Mário Vilela/Funai, 2022.

O acervo é relacionado à temática indígena desde sua constituição, principalmente tratando de etnografia, territórios por conta da demarcação e o papel fundamental da Funai nesse quesito, arte, literatura e antropologia. É composto também por periódicos antigos, que já não são publicados, ainda são recebidas algumas revistas que são doadas, mas essa parte do acervo não tem muitas atualizações, há possibilidade de periódicos digitais.

É composto por doações, utilizado a CDU, pois se trata de uma biblioteca especializada na temática indígena e temas correlatos, existem muitos livros antigos, por conta das doações que foram feitas, alguns raros pois não são mais publicados. O acervo contém: livros de arte indígena, línguas e linguagens, como português também, antropológicos francesas e ingleses.

Não há quantidade significativa de livros de autoria indígena, tanto porque não havia produção recorrente na época, quanto pela aquisição não ser tão fácil no início da formação do acervo, atualmente estão sendo feitas aquisições de autores indígenas, no entanto, a maior parte é constituída por pessoas brancas que pesquisam sobre indígenas em um formato mais etnológico. O acervo também é composto por teses dos servidores da FUNAI, por haver um programa de capacitação, variando também em teses de mestrado ou doutorado com relação à temática indígena. O depósito desse material na biblioteca era, em sua maioria, físico, no entanto, hoje o recebimento é em formato digital, mantido no acervo do site da biblioteca.

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

É possível constatar que a biblioteca é composta por um acervo amplo na temática indígena, representando estudos sobre a cultura, territórios e discussões relevantes acerca do assunto. No entanto, quanto à proposta de ser um acervo que contém aspectos da comunidade, obtendo conteúdo que a represente, ele falha na ausência de perspectiva indígena, não contemplando a memória dos povos de fato, mas observações externas, que podem acabar reafirmando um panorama que os povos originários vivem lutando contra. Como foi discutido até o momento, a memória da comunidade só tem em si a representação válida quando esta é transcrita pelos seus próprios povos.

Mas não é somente um reflexo do trabalho dos profissionais, como também de políticas governamentais que não contribuem para o reconhecimento desse patrimônio bibliográfico como um fator importante para a comunidade indígena, impedindo o crescimento do acervo da instituição e causando déficit no processo de desenvolvimento da biblioteca. Com isso, a preservação se torna um papel dos próprios povos indígenas, um trabalho que é desempenhado pela própria comunidade, e só atualmente tem ganhado espaço, mas que mesmo assim, em uma instituição voltada completamente para essa temática, ainda existe uma evidente desatenção acerca do que esses povos veem como de fato sua memória, e o que eles valorizam como seu patrimônio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a Revolução Francesa, as bibliotecas se democratizaram e assumiram um papel público, levando à necessidade de profissionais especializados. Contudo, apenas no final do século XIX, surgiram manifestações considerando a relação das bibliotecas com a sociedade, em conjunto com as teorias funcionalistas da Biblioteconomia que se desenvolveram no século XX. A perspectiva social na Biblioteconomia busca ir além da mera organização, enfatizando a democratização do conhecimento e a inclusão de todos na sociedade.

Com essa perspectiva voltada aos aspectos sociais surgiu a Biblioteconomia social, que emergiu como uma abordagem reflexiva, direcionando as práticas e serviços das bibliotecas para atender às necessidades sociais, promovendo justiça social, igualdade e acesso à informação. Esse enfoque destaca a importância de compreender a comunidade atendida e adaptar os serviços conforme suas demandas. Para isso, a biblioteca precisa ter conhecimento da sociedade a qual atende, o que exige conhecimento da memória das pessoas que a compõem.

À vista disso, foram investigados os aspectos que permeiam a constituição da memória da sociedade, através do estudo da memória social, entendida como um fruto do afeto e moldada pelo novo, relacionada à memória registrada da sociedade, transformando-se em um instrumento de poder. A manutenção da memória contribui para o sentimento de pertencimento e identificação. Sendo um fenômeno seletivo que grava o que é importante para o grupo, é fundamental para a construção da identidade, tanto individual quanto coletiva, reforçando o sentimento de continuidade e coerência do grupo. Para que essa memória seja preservada em registro é necessário que tenha seu valor reconhecido, tanto pela comunidade quanto pela instituição que faz sua guarda. Quando assim é feito, ela pode passar a ser considerada um patrimônio.

No âmbito da biblioteca se encontra o patrimônio bibliográfico, que consiste em um conjunto de manifestações registradas em livros e documentos que acompanham o desenvolvimento da sociedade, sua importância reside na capacidade de transmitir saberes e traçar a identidade de uma comunidade, sendo valorizado pelo reconhecimento público de sua memória e cultura. A biblioteca desempenha um papel fundamental na promoção do patrimônio bibliográfico, sendo um espaço de disseminação, organização e preservação desse legado. O bibliotecário, como mediador, contribui para a democratização da informação, trabalhando para que o patrimônio bibliográfico seja reconhecido e utilizado como fonte de

pesquisa e informação. Sua promoção e reconhecimento são fundamentais para evitar o apagamento cultural e para possibilitar que as gerações futuras compreendam e se identifiquem com o passado.

Desse modo, para cumprir com o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa acerca da memória indígena, que tem como característica marcante a oralidade como a sua forma de passagem ao longo dos anos. Portanto, buscamos demonstrar a persistência de desigualdades culturais, destacando o impacto da colonização na cultura indígena brasileira, por se tratar de conhecimentos que, durante a entrada dos portugueses no Brasil, se tornaram proibidos, o que levou a oralidade a ser a única ferramenta de manutenção da memória indígena, pois a sobreposição de costumes europeus prejudicou a memória e identidade dos indígenas, cuja cultura oral foi subjugada pela escrita. A literatura indígena surge então como ferramenta de resistência, buscando preservar tradições e desafiar estereótipos, assim, a oralidade é crucial na transmissão dessas tradições.

Em conjunto com uma pesquisa realizada em uma biblioteca especializada na temática indígena, averiguando os instrumentos usados para a disseminação e preservação da memória indígena, identificando como ela tem buscado representar essa memória de forma adequada em consonância com a comunidade. Com isso, foi observado que a instituição tem se empenhado cada vez mais ao longo dos anos na representação da memória indígena. No entanto, seu acervo é composto em maior parte por doações, pois as políticas públicas não têm sido suficientes para que eles alcancem os objetivos propostos pelas instituições. Durante os anos do último governo, de 2019/2022, foram inúmeros os atos que acabaram influenciando com o funcionamento da Funai, acarretando em limitações quanto ao desenvolvimento da instituição e sua evolução como órgão voltado às questões indígenas, o que reflete também no desenvolvimento da própria biblioteca. Dessa maneira, é interessante pôr em pauta a valorização das pessoas quanto à preservação da cultura como um patrimônio bibliográfico, e que a ausência desse reconhecimento acaba ocasionando em descaso.

Conclui-se que a educação patrimonial é importante para que a sociedade faça uso e se aproprie dos seus patrimônios, que os reconheça e se identifiquem com eles. O bibliotecário tem papel primordial na construção da identidade nacional, seu trabalho na difusão do reconhecimento do livro como patrimônio é fundamental, isso envolve a responsabilidade de lidar com as coleções de forma devida, ou seja, preservar e valorizar o patrimônio de forma adequada, atribuindo seu valor cultural e possibilitando que o usuário o reconheça como tal. Palma Peña (2013) expõe que o primeiro local em que pode ocorrer uma educação

patrimonial é na biblioteca, pois existe uma gama de conhecimentos e informações disponíveis que dão significado aos patrimônios. Isso possibilita também um encontro com a diversidade de cultura, com o significado de patrimônio para outras comunidades.

Com isso, sugere-se que estudos sejam feitos acerca do patrimônio bibliográfico, a fim de promover essa educação patrimonial e colocar o bibliotecário em contato com a importância da preservação da memória social, pois esta tem grande importância para o reconhecimento das instituições sociais como uma ambiente de guarda e representação das pessoas que estão em dinâmica com a mesma.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. M. R. M.. Memória Social: itinerários poéticos-conceituais. *In* DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de; GONDAR, Jô (Org.). **Por que memória social?**. Morpheus (UNIRIO. Online), v. 1, p. 41-67, 2016. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/2016%20-%20Mem%C3%B3ria%20social.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.
- ALBUQUERQUE, D. E. M.; SILVEIRA, M. A. A. O patrimônio documental e a produção científica brasileira na ciência da informação. **Revista P2P e INOVAÇÃO**, v. 9, p. 312-332, 2023. DOI: 10.21721/p2p.2023v9n2.p312-332 Acesso em: 26 jun. 2023.
- ANDRADE, R. M. N. Bibliotecas: lugar de memória e preservação: o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 17-34, jun. 2009. Disponível em: <http://bit.ly/15Lf2AR>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- ANNA, J. S. Trajetória histórica das bibliotecas e o desenvolvimento dos serviços bibliotecários: da guarda informacional ao acesso. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, SP v.13 n.1 p.138-156 jan/abr. 2015, p. 138-155. DOI: 10.20396/rdbci.v13i1.1585 Acesso em: 26 out. 2023.
- ARABIDIAN, L. V. Reconstrução da memória social através de práticas culturais na biblioteca central da universidade federal de santa maria/rs. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 32, n. 2, p. 169-176, 2018. DOI: 10.14295/biblos.v32i2.8764 Acesso em: 31 maio 2023.
- ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, v. 16, n. 2, p. 111-122, 2004. DOI: 10.1590/S0103-37862004000200001 Acesso em: 21 set. 2022.
- ARAÚJO, C. A. V. A ciência da informação como uma ciência social. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, 2003. DOI: 10.18225/ci.inf..v32i3.985 Acesso em: 27 set. 2022.
- ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília, Briquet de Lemos, 2014.
- ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da Biblioteconomia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.9, p.41-58, 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/247/250>. Acesso em: 3 nov. 2023.
- ARAUJO, J. M. G. A coleção especial como patrimônio bibliográfico no Brasil. **Memória e Informação**, v. 4, n. 2, p. 75-97, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/132>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- AZEVEDO, F. C. O silêncio dos livros censurados pela ditadura militar: uma abordagem a partir da perspectiva do patrimônio bibliográfico. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 6, n. 1, p. 159-186, 2021. DOI: 10.47681/rca.v6i1.43588 Acesso em: 26 jun. 2023.

CARTERI, K. K. Educação patrimonial e biblioteconomia: uma interação inadiável. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 14 n.2 2004, n. 2, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93164>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CARVALHO, A. C. G.; NASCIMENTO, M. G. e S.; BEZERRA, M. G. A mediação da informação na narrativa oral e na história de vida: proposições dialogais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 461–482, 2018. DOI: 10.20396/rdbci.v16i2.8651516. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651516>. Acesso em: 7 set. 2022.

CARVALHO, Eduardo Costa. A natureza social da ciência da informação. In: Pinheiro, Lena Vania Ribeiro (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade**. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT, 1999. p. 51-63. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/1000>. Acesso em: 16 out. 2023.

CASTRO, C. A. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 4, p. 1–20, 2006. DOI: 10.20396/rdbci.v4i3.2026. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2026>. Acesso em: 19 out. 2023.

CAVALCANTE, Karoline Rodrigues. **Identificação das fontes de informações para a produção literária indígena**. PROIC 2022/2023.

CONCEIÇÃO, V. P.; COSTA, M. J. M. A biblioteca semente social da área itaqui-bacanga em são luís do maranhão: bases para a organização da memória, identidade, produção cultural e desenvolvimento comunitário da região. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1993-2007, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3158>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. O lugar do patrimônio documental: Brasília e fundo novacap. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 2, p. 35-53, 2019. DOI: 10.1590/1981-5344/3288 Acesso em: 26 jun. 2023.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. Patrimônio, documentos, informação. **IBERSID: revista de sistemas de información y documentación**, Zaragoza, V. 6, p. 173-178, 2012. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3990>. Acesso em: 26 jun. 2023.

DANTAS, E. R. F.; GARCIA, J. C. R. Responsabilidade social da ciência da informação: a reescrita do conceito. **XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/190220>. Acesso em: 26 jun. 2023.

DIAS, Rita de Cássia Barros. **Método Delphi: uma descrição dos seus principais conceitos e características**. Monografia - Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 80. 2007. Disponível em: <https://pospesquisa.eca.usp.br/monografias/rita%20dias%20maio.pdf>. Acesso em: 13 abril 2023.

DUARTE, Yaciara Mendes. A Sociedade da desinformação e os desafios do bibliotecário em busca da biblioteconomia social. In RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Org). **Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. [Em linha]. Brasília: Ipea, 2018, p. 67-81. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8298/1/Bibliotec%C3%A1rio%20do%20s%C3%A9culo%20XXI_pensando%20o%20seu%20papel%20na%20contemporaneidade.pdf. Acesso em: 16 out. 2023

FERNÁNDEZ DE ZAMORA, Rosa María. Conocer, valorar y difundir el patrimonio documental de América Latina y el Caribe. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 75., 2009, Milão. **Programme and proceedings** [...]. [S.l.]: IFLA, 2009. Disponível em: <https://www.ifla.org/past-wlic/2009/98-fernandez-es.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

FERREIRA DOS SANTOS, R.; SOARES DOS REIS, A. O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. **Pesquisa em Biblioteconomia: Arquivo, Biblioteconomia e Informação**, [S. l.] , v. 32, nº. 75, pág. 223–259, 2018. DOI: 10.22201/iibi.24488321xe.2018.75.57970. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/57970>. Acesso em: 26 de junho. 2023.

FONSECA, E. N. **Introdução à biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, [S. l.], v. 7, n. 13, 2015. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>. Acesso em: 5 nov. 2023.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de; GONDAR, Jô (Org.). **Por que memória social?**. Morpheus (UNIRIO. Online), v. 1, p. 19-40, 2016. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/2016%20-%20Mem%C3%B3ria%20social.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número especial, p.151-163, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/t4k6pt7pb4gTPXt5yWDSzqD/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GREENHALGH, M. G. G.; GREENHALGH, R. D.; OLIVEIRA, E. R. S. Biblioteca Nacional de Brasília: apontamentos sobre escopo de atuação. **BIBLOS**, [S. l.], v. 35, n. 1, 2021. DOI: 10.14295/biblos.v35i1.12034. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12034>. Acesso em: 10 out. 2023.

GRIGOLETO, M. C. Informação e documento: expressão material do patrimônio. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3 n. 1, n. 1, p. 57-69, 2012. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v3i1p57-69 Acesso em: 25 jun. 2023.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice / Editora Revista dos Tribunais, 1990.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades Nacionales. **El Profesional de la Información**, Barcelona, v. 23, n. 4, p. 425-432, jul./ago. 2014. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2014.jul.11/16972>. Acesso em: 26 jun. 2023.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leilão. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LINDEMANN, C.; SPUDEIT, D.; CORRÊA, E. C. D. Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 707–723, 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211>. Acesso em: 16 out. 2023.

MARQUES, D. DOS S.; ARAUJO, A. V. DE F.. Biblioteca Invisível: a biblioclastia na Guerra da Bósnia e Herzegovina (1992-1995). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, p. 185–213, jul. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/5vBqmVLCw4VmSSmWjbpqGxr/#>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MARQUES, L. S. A.; RODRIGUES, M. Biblioteca, memória e patrimônio: um olhar sobre a biblioteca rio-grandense. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 28, n. 2, p. 73-94, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23831>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MASSONI, L. F. H.; OLIVEIRA, P. C.; SILVEIRA, A. R. da; LIMA, M. H. T. de F. O ESTUDO DA MEMÓRIA SOCIAL NA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Um relato de experiência. **PontodeAcesso**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 193–209, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/26107>. Acesso em: 7 nov. 2023.

MUNDURUKU, Daniel. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura O reencontro da memória. in DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. Disponível em: https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_093effa656194602b2bb25561277a65d.pdf. Acesso em: 6 dez. 2023.

NAPOLEONE, L.; SCARPELINE, R.; BEFFA, M. L. Patrimônio bibliográfico e documental em são paulo: perspectivas. **BIBLOS**, [S. l.], v. 35, n. 2, 2022. DOI:

10.14295/biblos.v35i2.12627. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12627>. Acesso em: 26 jun. 2023.

NAPOLEONE, L. M. ; BEFFA, M. L. LIVROS E BIBLIOTECAS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL. **PontodeAcesso**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 621–653, 2022. DOI:

10.9771/rpa.v16i3.52327. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52327>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PAIVA, E. B. Oralidade e cultura escrita; considerações sobre as narrativas Potiguara. In: VI Congresso Internacional da ABRALIN, 2009, João Pessoa. **Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN**. João Pessoa: Ideia, 2009. v. 1. p. 1171-1176.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, México, v. 20, n. 58, sep./dic., p. 31-58, 2013. Disponível em:

https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0185-16592013000300003&script=sci_abstract.

Acesso em: 25 jun. 2023.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. **Revista General de Información y Documentación**, n. 21, p. 291-312. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/38822662.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PELEJA SOBRINHO, L. Gestão e preservação de coleções especiais como patrimônio bibliográfico no âmbito universitário. **Revista Eletrônica da ABDF**, v. 4, n. Especial, p.

397-415, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/166216>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PEREIRA FILHO, H. F. Documento e patrimônio entre usos e reflexões. **Tempo Social**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 295-313, 2022. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.201919. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/201919>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PEREIRA DE SOUSA, M. E.; TARGINO, M. das G. Cinco Leis da Biblioteconomia / Cinco Leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 11–29, 2016. DOI: 10.28998/cirev.2016v3n1b. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/2334>. Acesso em: 26 out. 2023.

PRADO, Geraldo Moreira; MACHADO, Elisa Campos. Território de memória: fundamento para a caracterização da biblioteca comunitária. In: ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. Anais Digitais. São Paulo: **ANCIB**, 2008. Disponível em:

<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3032/2158>. Acesso em 19 out. 2023.

PROVENZANO, L. K. Reflexões sobre o patrimônio bibliográfico. **Memória e Informação**, v. 4, n. 2, p. 173-192, 30 dez. 2020. Disponível em:

<https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/137#:~:text=o%20caso%20da%20biblioteca%20de%20Rui%20Barbosa&text=Trata%2Dse%20de%20um>

[%20texto,o%20complexo%20do%20patrim%C3%B4nio%20bibliogr%C3%A1fico](#). Acesso em: 26 jun. 2023.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, df : Briquet de Lemos, 2009.

REIS, Naurinete Fernandes Inácio. **Memória Social e Guerrilha do Araguaia**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 9, n. 1, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596>. Acesso em: 5 dez. 2023.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. **Letras Escreve**, v. 7 n.: 4 p. 337 - 361, 2017. Disponível em: <https://xjournals.com/collections/articles/Articleqt=p4PH+csgLb3NXrc3XkMXmA3nZwHrUnQuGhC5cqAPfxYyJMz+7ofA1Qyax00SIWIE>. Acesso em: 26 jun. 2023.

RODRIGUES, M. C. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 110–125, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846>. Acesso em: 19 set. 2023.

RODRIGUES, M. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, v. 21, n. 2, p. 243-262, 2015. DOI: 10.19132/1808-5245212.243-262 Acesso em: 26 jun. 2023.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Bibliotecas como lugares de memória: o caso sul-rio-grandense. **PATRIMÔNIO E MEMÓRIA**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 68-83, janeiro-junho, 2014. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/424>. Acesso em: 21 maio 2023.

SILVA, T. E. da. Memória e Biblioteconomia: uma história sem fim. *In*: **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**, 16., 1991, Salvador. Anais... Salvador: Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia, 1991. p. 1181-1187. Disponível em: http://eprints.rclis.org/16031/1/memoria_biblioteconomia.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

SILVA, A. P. C. ; CAVALCANTE, L. E. A biblioteca comunitária em interlocução com a memória social. *In* **Médiations des savoirs : la mémoire dans la construction documentaire**. Anais do 4º colóquio científico internacional da Rede MUSSI, Villeneuve d’Ascq: Université de Lille, p. 297–306. 2018. Disponível em: <https://hal.science/hal-03783098/document>. Acesso em 19 out. 2023.

SILVEIRA, F. J. N. Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio. **DataGramZero**, v. 13, n. 5, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101744>. Acesso em: 31 maio 2023.

SILVEIRA, Fabrício José N. da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 67-86, set./dez, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/4jq9Fg66W6sYQ3XxTMSbCRD/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SIQUEIRA, J. C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.52-66, set./dez 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/34634>. Acesso em: 25 out. 2023.

TANNO, J. L. Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. **Acervo**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 88–101, 2018. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/903>. Acesso em: 25 jun. 2023.

TANUS, Gabrielle Francinne de S.C.; SILVA, Daniela Candido da. Biblioteconomia social, crítica e progressista: mapeamento da produção científica nacional e internacional. **Revista informação na sociedade contemporânea**, 2019, vol. 1, n. 3, pp. 1-28. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/40325/>. Acesso em: 14 out. 2023

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C. Biblioteconomia Social: uma virada social. **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 4, p. 1-6, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/225179>. Acesso em: 25 jun. 2023.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. A BIBLIOTECONOMIA COMO CIÊNCIA SOCIAL. In: SPUDEIT, D. F. A. de O.; MORAES, M. B. de (Orgs.). **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. 278p. (Coleção Estudos ABECIN; 07). Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/216>. Acesso em: 21 maio 2023.

VIANA, N. Memória e Sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. **Espaço Plural**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. p. 08–10, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/483>. Acesso em: 9 nov. 2023.

WERNECK. ACHILLES; AZEVEDO, C. de. Patrimônio bibliográfico brasileiro: um estudo sobre o acervo da biblioteca do Arquivo Nacional. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 25, n. Especial, p. 01–18, 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2020.e73903. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73903>. Acesso em: 26 jun. 2023.